

COBERTURA JORNALÍSTICA DA MÍDIA DIGITAL AMAPAENSE NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE

JOURNALISTIC COVERAGE OF AMAPÁ'S DIGITAL MEDIA FROM THE PERSPECTIVE OF PUBLIC POLICIES ON GENDER AND SEXUALITY

Antonio Carlos Sardinha¹
Gabriele Pinto de Oliveira²
Verônica Maria Alves Lima³

¹ Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). E-mail: sardinhajor@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: gabrielepinto1@hotmail.com

³ Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: veronica.alveslima@gmail.com

RESUMO: Este artigo analisa a cobertura midiática dos *sites* de notícias no Amapá, G1 Amapá e SelesNafes, relativos as questões de gênero, sexualidade e políticas públicas, particularmente, aos temas ligados à violação de direitos e ações do Estado voltadas para mulheres e comunidade lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações. Metodologicamente, utilizou-se análise de conteúdo, coleta e análises de publicações, para determinar o seu papel no fornecimento de informações e promover discussões que contribuam na deliberação de políticas públicas dessas agendas. Como resultado, observou-se a ausência de abordagem jornalísticas abrangentes e críticas vinculadas a essas pautas.

Palavras-chave: Meios de comunicação digitais. Democracia deliberativa. Amapá.

ABSTRACT: This article analyzes the media coverage of news sites in Amapá, G1 Amapá and SelesNafes, related to issues of gender, sexuality and public policies, particularly issues related to the violation of rights and State actions aimed at women and the lesbian, gay, bisexual, transvestite, transsexual, queer, intersex, asexual and other orientations. Methodologically, content analysis, collection and analysis of publications were used to determine their role in providing information and promoting discussions that contribute to the deliberation of public policies on these agendas. As a result, it was observed the absence of comprehensive journalistic approaches and criticisms linked to these agendas.

Keywords: Digital communication. Deliberative democracy. Amapá.

Sumário: Introdução – 1 Abordagem conceitual – 2 Procedimentos metodológicos – 3 Análise de dados – Considerações – Referências.

INTRODUÇÃO

A construção da esfera pública contemporânea está cada vez mais atrelada à mídia, e pela chamada midiatização da vida e das relações sociais (Sodré, 2002), fenômeno que se intensificou e marcou sobretudo as duas primeiras décadas do século XXI. A mídia tem a capacidade de legitimar discursos e produzir sentidos pautando temas de interesse público, contribuindo para a deliberação nos espaços formais de decisão.

Neste sentido, a Democracia Deliberativa tem como cerne a deliberação, que nada mais é, do que a busca pelo consenso por meio do discurso e argumentação em esfera pública (Habermas, 1995). Em tese, a deliberação se

dá nas esferas públicas, onde indivíduos poderiam se engajar em debates livres e racionais para elaborar e criar reflexões capazes de produzir decisões de interesse público.

No entanto, um dos desafios das democracias contemporâneas é justamente garantir condições para o desenvolvimento de uma esfera pública de fato democrática, ou seja, cuja deliberação pública atenda demandas de uma sociedade plural e heterogênea. Em diversos contextos sociopolíticos, essa pluralidade tensiona o Estado nos espaços públicos, exigindo justiça e reconhecimento na forma de garantia de direitos e políticas públicas. Nesse sentido, em um contexto de Democracia Deliberativa, deliberar é dar legitimidade a diferentes demandas em um cenário multicultural (Miguel, 2005).

Considerando o jornalismo como campo social fundamental para construção de esfera pública nas democracias (Spenthof, 2015), o desafio consiste em tornar a produção da informação um processo capaz de garantir a pluralidade de ideias e o tratamento amplo e aprofundado dos temas de interesse público.

Assim, sob hipóteses iniciais de que o jornalismo amapaense não abre o devido espaço para a abordagem de temas e agendas envolvendo grupos marcados pelas relações sociais de gênero e sexualidade, como são as mulheres e a população formada por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações (LGBTQIA+), procurou-se identificar e caracterizar o padrão de cobertura jornalística local em torno dessa agenda, em *sites* de grande expressividade no Estado.

Nessa perspectiva, o percurso foi capturar e caracterizar a agenda de cobertura de dois principais jornais digitais amapaenses sobre gênero, direito à sexualidade, feminismo, movimentos sociais vinculados ao segmento LGBTQIA+ e sobre políticas públicas voltadas à promoção de direitos das mulheres e de grupos LGBTQIA+. Para isso, analisou-se, no período de junho de 2019 a junho de 2020, dois *sites* de notícias: G1 Amapá e SelesNafes.com, que têm relevância em termos de acesso no estado do Amapá. Foram coletadas 537 matérias, divididas em notícias, reportagens e artigos de opinião. O método utilizado para a coleta foi a Análise de conteúdo (Bardin, 2007), a partir do qual as matérias foram selecionadas e depois tratadas utilizando formulários específicos.

O percurso analítico envolveu observação das categorias centrais que caracterizam a cobertura jornalística dos *sites*, destacadamente: delineamento e tipologia de fontes usadas pelo jornalista para interpretar a realidade, tratamento e abordagem do tema para verificar níveis de contextualização e articulação de discursos interpretativos sobre os temas representativos da agenda de cobertura investigada (questões ligadas aos direitos de mulheres e das populações LGBTQIA+ e tematização das políticas públicas para esses segmentos no estado do Amapá).

A análise buscou refletir sobre a caracterização da cobertura das mídias digitais para observar como se configura, por meio do jornalismo praticado nesses veículos, a ambiência específica para a esfera pública local, que tem relação direta com desafios para deliberação de temas vinculados a direitos humanos de segmentos vulneráveis e à sua violação por demandarem esses direitos.

1 ABORDAGEM CONCEITUAL

O jornalismo, como campo profissional, tem papel fundamental para a promoção do debate e criação de uma esfera pública, com potencial de contribuir como parte fundamental de um sistema mais amplo de deliberação pública, instituído nos contextos das democracias contemporâneas. Entretanto, para que seja possível compreender se o jornalismo promove debates que situe, sob a perspectiva de uma esfera pública robusta, questões de gênero e sexualidade, faz-se necessário que os sistemas midiáticos estejam articulados a um contexto mais amplo de esferas deliberativas.

A Democracia Deliberativa se pauta na ideia de que é possível haver deliberação, isto é, a utilização de processos comunicativos e argumentativos para a geração do consenso. Além disso, tem como principal função permitir que as decisões políticas afetem a todos. Porém, para que o sistema dê abertura para o debate, é preciso existir a esfera pública. Esta, não é uma instituição, um local fixo, mas sim um espaço produzido, uma arena onde sujeitos políticos e racionais convergem suas intersubjetividades e chegam ao consenso (Habermas, 1995).

Por ser difícil conectar as necessidades cotidianas ao plano estrutural, Habermas divide as esferas públicas em modalidades que podem variar de acordo

com os sujeitos que estão falando e a complexidade das informações que estão sendo ditas (Maia, 2008). Desse modo, há três tipos de esferas públicas que se entrelaçam: as “Episódicas”, que remetem às interações mais simples, do cotidiano; as “Organizadas”, que são as mais “formais” e conseguem dar mais visibilidade às questões, exercendo pressão social e, as “Abstratas”, que são as “produzidas pelos meios de comunicação” (Maia, 2008, p. 71-80). Esse último tipo, esfera pública “Abstrata”, é, portanto, o foco desta pesquisa.

Assim, a produção midiática, em especial o jornalismo *on-line*, é capaz não só de dar visibilidade às mais variadas questões, como a pauta das mulheres e população LGBTQIA+, como também, produzir uma esfera pública capaz de afetar maiorias populacionais, por meio do agendamento e enquadramento de questões capazes de formar a opinião pública direta de seus conteúdos, seja por influências variadas no processo de circulação de ideias.

Atualmente, com a evolução dos mecanismos de acesso à internet, o jornalismo ganhou possibilidades de se tornar mais acessível e diverso, pois as informações produzidas e publicadas em *sites* podem alcançar grande número de pessoas, possibilitando a promoção de debates mais aprofundados. Dessa forma, ao considerar os princípios clássicos norteadores da prática jornalística (Traquina, 2005) que são alinhados à própria ideia de democracia, caberia ao jornalismo aproveitar o potencial da internet e buscar dar visibilidade a assuntos mais diversos e relevantes, mas que continuam fora da esfera de visibilidade midiática.

Em princípio, durante a pesquisa, tentou-se identificar como é caracterizada a cobertura do jornalismo *on-line* no Amapá, para temas ligados à gênero, sexualidade e políticas públicas. Salienta-se, que o conceito de gênero foi abordado a partir das reflexões de Scott (1989) e Butler (2003), que elucidam o termo como uma construção social, artificialmente naturalizada, definida por relações de poder.

Assim, pensar em gênero como categoria explicativa, seria perceber como experiências sociais diferentes resultam em relações marcadas por dominação e subordinação (Scott, 1989). Já a sexualidade, é vista como um dispositivo de poder, como conceitua Foucault (1984), sendo fundamental para pensar relações de assujeitamento de corpos e subjetividades em lógicas que hierarquizam e valoram desejos, expressões de afeto na lógica de uma heteronorma hegemônica.

Já a ideia de políticas públicas se caracteriza pela gestão por parte do Estado de “problemas e das demandas coletivas através da utilização de metodologias que identificam as prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de atingir objetivos e metas predefinidos” (Dias; Matos, 2012, p. 14).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Abordagem metodológica nesta pesquisa foi alicerçada na análise de conteúdo (Bardin, 2007), ocorreu com a coleta e organização dos dados. Foram analisados dois sites de notícias do Estado (G1 Amapá e SelesNafes). Para sistematização e registro da coleta, cada matéria (537 como totalidade sob a qual serão informados os percentuais ao longo do texto) foi registrada em um formulário específico e ao final foram gerados gráficos para análise. No entanto, antes da apresentação e análise dos dados coletados, é importante contextualizar brevemente os dois veículos jornalísticos digitais que foram objeto desta pesquisa.

O G1 Amapá conecta-se ao Portal G1, que por sua vez concentra conteúdos de várias plataformas do grupo Globo (Rádio, Televisão, Impresso e On-line). O portal no Amapá iniciou as atividades em 2013, considerando recomendação do Grupo Globo para que as emissoras afiliadas à rede tivessem portal de notícias. A estratégia foi ocupar e conquistar o mercado local de informação, com prática de jornalismo sobre questões presentes no cotidiano dos leitores e espectadores onde o grupo está inserido. Assim, foram criados portais em todos os estados, com equipe própria para as coberturas locais, que pudessem transferir esses acessos à realidade nacional, o local dentro do global (Brito, 2016).

O veículo digital SelesNafes.com foi a segunda redação criada exclusivamente para o formato de notícias para a internet no Amapá. O *site* foi criado em dezembro de 2013, cinco meses depois da criação do G1 Amapá (Brito, 2016). A coleta realizada nos referidos veículos se deu a partir de busca ativa na lista de notícias compartilhadas diariamente pelos próprios sites. O tratamento do material coletado foi feito por meio do preenchimento de um formulário, criado especificamente para os jornais *on-line*, e buscava identificar:

a) A natureza do conteúdo publicado por gênero jornalístico, ou seja, se era informativo, o que incluía as reportagens (quando apresentava informações além

do fato, como dados diagnósticos e fontes de informação), notícias (quando apresentava apenas o fato em si, sem informações adicionais e com no máximo uma fonte) ou entrevistas (caracterizadas por textos do tipo perguntas e repostas), ou se era do tipo opinativo, podendo ser artigo de opinião ou editorial;

b) A temática predominante no conteúdo, que buscava identificar se a matéria tratava predominantemente de casos de agressão, violência sexual, feminicídio, LGBTfobia, episódios de protagonismo feminino e/ou da comunidade LGBTQIA+, problemas de acesso a serviço público, problemas de atendimento em serviços públicos, serviço e/ou política pública especificamente para mulheres ou população LGBTQIA+. Quando se tratava de problemas de acesso e/ou atendimento em serviços públicos e serviço e/ou políticas públicas, foi especificado o problema e/ou política pública a que a matéria estava se referindo;

c) A característica predominante da abordagem do conteúdo, isto é, referia-se a um fato isoladamente, ou se era um fato contextualizado com informações adicionais, como relatórios e levantamentos diagnósticos, pesquisa científicas, informações sobre políticas públicas já existentes ou documentos históricos como estratégia de contextualização. Também, foi especificado qual tipo de dado ou documento estava sendo utilizado;

d) Os atores/instituições presentes predominantemente no conteúdo, ou seja, se o material fazia ou não referência a fontes de informação ao apresentar os fatos e abordar o tema. Foram destacadas as fontes oficiais (relacionadas aos poderes executivo, legislativo e judiciário), fontes especializadas (ligadas a pesquisadores e especialistas) e os casos em que as fontes eram pessoas ativamente relacionadas aos temas abordados, como pessoas envolvidas diretamente no fato ocorrido, ativistas e participantes de movimentos sociais ligados ou não às agendas feministas e LGBTQIA+s;

e) Por fim, as características gerais do tema, ou seja, se as matérias apresentavam causas/consequências na tentativa de explicar o tema abordado, se identificavam responsáveis e/ou protagonistas ligados diretamente ao fato abordado e/ou se incluíam alternativas/soluções para resolver o fato/problema abordado. Além disso, foram identificados os fundamentos e as referências que a matéria utilizava para explicitar cada um dos tópicos.

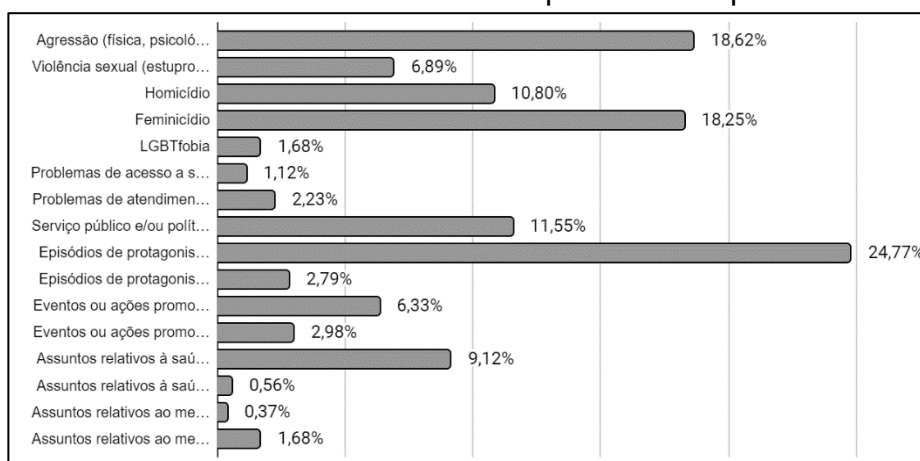
É importante frisar que não foram selecionadas notas com menos de 15 linhas. Estas foram descartadas por não apresentarem conteúdo suficientemente relevantes para o tratamento e, por consequência, para análise, nos critérios definidos anteriormente.

3 ANÁLISE DE DADOS

Quanto à análise de dados, das 537 matérias coletadas, identificamos mais conteúdos sobre os assuntos analisados no *site* SelesNafes (55,9%) em relação ao G1 Amapá (44,1%). Ressalta-se, no entanto, que o primeiro ofereceu mais notícias factuais, enquanto, no segundo foram encontrados conteúdos informativos mais próximos da reportagem, com abordagem que apresenta maior profundidade e contextualização, ou seja, que não se restringe apenas a apresentação factual da temática.

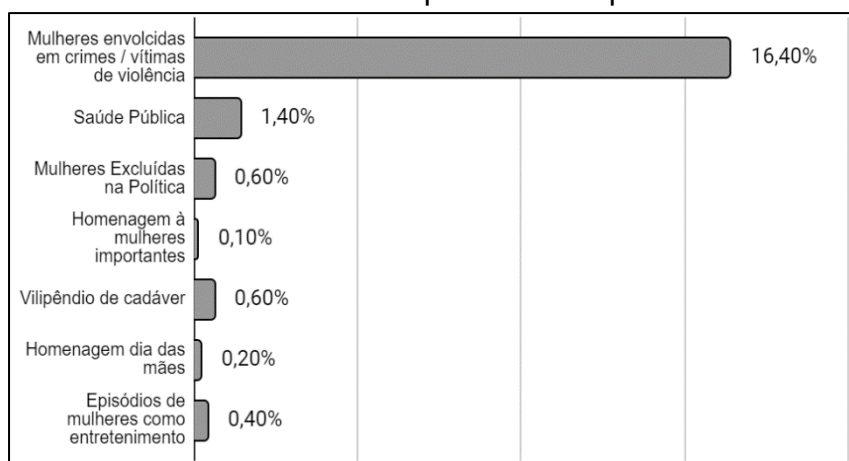
Além disso, identificou-se predominância de conteúdos de natureza informativa em ambos os jornais, sendo maior a porcentagem de notícias em relação a reportagens ou entrevistas. Tal predomínio aponta para a limitação do conteúdo, especialmente no que diz respeito a uma cobertura jornalística que mais aprofundada em pautas como as feministas ou dos movimentos LGBTQIA+. Assim, o percentual de conteúdos por gênero jornalístico foi o seguinte: 56,3%, notícias; 41,6%, reportagens e; 2,1% entrevistas, resultado que expõe a natureza (informativa) e tipologia do conteúdo analisado.

Quanto as temáticas abordadas, percebeu-se predomínio de 'episódios de protagonismo feminino', com 133 matérias (24,8%); seguido por casos de 'Agressão', com cem matérias (18,6%) e Femicídio, 98 matérias (18,2%). Já entre os casos de temáticas menos abordadas estão os 'Assuntos relativos ao mercado de consumo voltado especificamente para o público feminino, com duas matérias (0,4%); 'Assuntos relativos à saúde da população LGBTQIA+', com três matérias (0,6%) e 'Problemas de acesso a serviços públicos', com seis matérias (1,1%), conforme é exposto no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Percentual de conteúdos por temática predominante

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Sublinha-se que estes tópicos estão presentes no grupo principal de temáticas, porém havia também a opção 'outros' (Gráfico 2), que foi utilizado para tratar de casos mais isolados, isto é, matérias que possuíam temática menos ligada ou menos abordada no conjunto do material coletado. Exemplos desses casos são as questões que tinham mulheres ou população LGBTQIA+ envolvidas, mas que tratavam de 'Saúde pública em geral (1,4%), principalmente relacionadas a casos de Covid-19, já que uma parte do período analisado coincidiu com o início do contexto pandêmico.

Gráfico 2 - Percentual de conteúdos por temática predominante - Opção 'Outros'

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Destaca-se, também, neste item, matérias que foram denominadas de 'Episódios de mulheres envolvidas em crimes', com 87 matérias (16,4%). Nesses

casos, observou-se episódios de mulheres que tinham relação com o tráfico de drogas ou que aplicavam golpes.

É importante frisar que uma matéria podia ser constituída por mais de uma temática predominante, segundo os critérios de análise. Nesses casos, considerou-se para efeitos de mensuração dos temas mais abordados, aqueles que ocupavam espaço significativo na abordagem dada pelo conteúdo selecionado. Por exemplo, casos de violência doméstica culminando em feminicídio, tinham como tema ‘agressão’ e ‘feminicídio’, assim como casos de serviço público para mulheres, promovidos por mulheres, enquadraram-se em ‘episódios de protagonismo feminino’ e ‘serviço e/ou política pública para mulheres’.

O tema predominante observado, aqui denominado de ‘episódios de protagonismo feminino’. Estes, referem-se não somente às matérias que davam publicidade a alguma ação protagonizada por mulheres, vinculadas a promoção de cidadania, direitos humanos ou políticas públicas, como também, às matérias que tratavam de mulheres que se envolveram em grandes crimes políticos, como corrupção e desvio de dinheiro, afinal, de certo modo, estes casos demonstram a presença da mulher na política, bem como o seu protagonismo, mesmo que sob uma abordagem negativa.

Destaca-se que os conteúdos com a temática do protagonismo feminino na promoção de ações de cidadania, direitos humanos e políticas públicas, em geral, retratavam ações ou eventos promovidos pelo público feminino, como marchas contra o feminicídio e ações de prevenção ao câncer de mama. Em outros casos, abordavam mulheres responsáveis por programas ou políticas públicas em prol do público feminino, como o programa ‘Mulheres Transformadoras’, criado por uma liderança feminina para dar visibilidade às ações de cidadãs.

Mas havia, também, matérias que se referiam a casos isolados de mulheres que se destacaram em algum âmbito, seja ao receber algum tipo de prêmio e/ou homenagem, seja por ter feito uma boa ação que ganhou notoriedade no Estado. A cobertura para esses casos era predominante pautada na ação e caracterização da personagem feminina envolvida na questão, sob perspectiva factual, sem problematização em torno das questões, fatos ou cenários que permearam a ação protagonizada.

No caso da temática da agressão, a maioria dos conteúdos era de mulheres vítimas de violência doméstica, que sofriam agressão de seus parceiros ou ex-parceiros. Em menor presença de conteúdos estão casos de mulheres que agrediram outras pessoas, por vezes relacionados às situações que envolviam essas mulheres em contextos de cometimento de crimes. Destaca-se que, nesses casos, que a agressão pode se referir não somente à física, mas também, às agressões psicológica e moral.

O terceiro tema mais abordado foi feminicídio, que incluiu as notícias e reportagens que tratavam de casos de mulheres que foram mortas por causa do gênero. Nesses casos, aparecem como autores dos episódios violentos os parceiros ou ex-parceiros das vítimas.

Os temas menos abordados, que foram referenciados em apenas 11 das 537 matérias, estão indicados com as três seguintes denominações: 'assuntos relativos ao mercado de consumo voltado para o público feminino', com duas matérias (0,4%), que tratavam de assuntos relacionados à moda, beleza e estética; 'assuntos relativos à saúde da população LGBTQIA+', com três matérias (0,6%), que apresentaram políticas públicas ou dados sobre saúde especificamente da comunidade LGBTQIA+ e; 'problemas de acesso a serviços públicos', com seis matérias (1,1%), que reportaram casos de dificuldades encontradas por mulheres ou comunidade LGBTQIA+ para acessar serviços públicos, como hospitais.

Enfatiza-se que, embora tenha sido possível perceber um predomínio de episódios de protagonismo feminino, analisando os dados sobre as matérias que tratam de violência de modo geral, ou seja, as que foram relacionadas aos temas de Agressão (100 matérias), Violência Sexual (37), Feminicídio (98), Homicídio (58) e LGBTfobia (9), há forte disparidade entre os temas considerados prioritários e de interesse público pelos jornais *on-line* locais. Observa-se a primazia da temática da violência, em um panorama geral. No total, foram 133 matérias envolvendo protagonismo feminino, enquanto a soma daquelas categorizadas sob o tema 'violência' equivaleram a 302 ocorrências.

A partir da leitura dos dados, é possível inferir que a opção editorial dos veículos analisados denota, por um lado, tendência de cobertura que privilegia agenda que articula a problemática das mulheres à violência, sob a ótica factual de registros de casos de violência e, por outro lado, a desconexão com o debate

estrutural que explica, contextualiza e situa a problemática da violência como questão estruturada em relações sociais de gênero e não fatos isolados de violência.

Os dados demonstram, também, que os conteúdos relacionados à violência enfatizam os casos de agressão e feminicídio, ou seja, casos que se enquadram no ciclo da violência doméstica, culminando com a morte da mulher. Foram poucas as matérias que tratavam de LGBTfobia, essa temática foi observada em apenas nove matérias (1,7%). Essa baixa ocorrência se verifica de forma geral, já que a quantidade de matérias que envolviam questões relativas à população LGBTQIA+, também, foi pequena, evidenciando a invisibilidade desse segmento na esfera midiática local.

Pode-se, portanto, afirmar, com base nos dados, que a agenda da violência é a mais acionada pelo jornalismo *on-line* local de maior expressividade no Amapá para se referir às mulheres e ao segmento LGBTQIA+, com a ressalva de que este último ainda é pouco representado quantitativamente. No entanto, o enquadramento dado ao tema não aprofunda ou interpreta a problemática da violência pela ótica e especificidade das relações (desiguais) de gênero. Isto é, a tematização da violência acontece de forma superficial e restrita à descrição factual.

Observou-se, também, que tal ênfase em uma abordagem factual se subsidia em fontes oficiais, com presença significativa de entrevistas com representantes dos serviços de segurança (polícia), e sem vozes alternativas. Desse modo, o material informativo analisado esteve consideravelmente desconectado das vozes protagonistas e/ou especialistas sobre os assuntos relacionados às mulheres e população LGBTQIA+, que seriam as pessoas de fato aptas a explicar, contextualizar e diagnosticar aspectos conjunturais, causas e consequências, de forma a aportar contribuições que qualificam o debate público sobre a questão.

Outras temáticas como as que tratavam de eventos produzidos pelo público feminino ou LGBTQIA+ e de serviço público e/ou políticas públicas para esses grupos apareceram com frequência razoável, do total de 537 matérias, esses temas foram predominantes em 112 (20,8%). No caso dos 'Eventos ou ações promovidos pelo público feminino', houve 34 matérias (6,3%). Já os 'Eventos ou ações promovidas pela comunidade LGBTQIA+' contabilizaram 16 ocorrências (3%); e

‘Serviço público e/ou política pública para o público feminino ou LGBTQIA+’, 62 matérias (11,5%).

Todavia, vale destacar que esses conteúdos eram mais recorrentes em períodos em que havia datas específicas que chamassem a atenção para esses públicos, como o dia da mulher, o aniversário da Lei Maria da Penha e a Parada do Orgulho LGBTQIA+. Porém, nos demais períodos do ano, as notícias e reportagens envolvendo violência voltaram a ser mais frequentes.

Com relação ao uso de recursos interpretativos da realidade pelo fazer jornalístico, percebeu-se ao analisar o uso de informações adicionais como recursos para subsidiar a narrativa jornalística na interpretação e produção de sentido sobre uma dada realidade, procurou-se identificar, primeiramente, se o conteúdo se concentrava apenas na descrição do fato, (72,6%) ou se complementava e contextualizava o assunto (27,4%). Para efeitos de análise, considerou-se que a complementação e/ou contextualização ocorre por meio de recursos como o uso de dados gerais e estatísticas, pesquisas e diagnósticos científicos e/ou técnicos, relatórios, pareceres e diagnósticos oficiais.

Em geral, notou-se a falta de informações adicionais nas matérias, já que de um total de 537, apenas 164 apresentavam dados um pouco mais contextualizados, sendo que destas, 69 entraram no tópico ‘outros’, ou seja, se mostraram pouco relevantes quanto à temática, e apenas 95 se referiam aos principais assuntos presentes no material coletado.

Nos conteúdos identificados com recursos interpretativos do tema em debate, houve predomínio do uso de relatórios, dados diagnósticos e estatísticas que, no entanto, foram observados em apenas 44 matérias (29,3%). Em segundo lugar, notou-se o uso de informações sobre políticas públicas já existentes, com apenas 37 casos (24,7%).

Cabe ressaltar que matérias que abordavam políticas públicas faziam referência a conteúdos sobre violência doméstica e/ou feminicídio, isso porque, quando se tratava desses temas, muitas continham informações sobre a Lei Maria da Penha e sobre como a mulher poderia procurar ajuda. Os temas relacionados à população LGBTQIA+ apareciam em conteúdos que tratavam sobre eventos promovidos pelo próprio movimento LGBTQIA+, divulgando (e não problematizando) programas e políticas já existentes que atendem a esse grupo.

Outros dados constantes na lista de estratégias de contextualização ficaram as pesquisas científicas, produções e levantamentos de instituições em geral e documentos históricos, que foram registrados em apenas sete matérias (4,7%).

A não inclusão de dados contextuais e de aprofundamento geram forte impacto negativo na cobertura jornalística, pois, tanto as pesquisas científicas, como documentos históricos, que foram os menos referenciados (constando em apenas 9,4%, na somatória das matérias com o uso desses recursos), quanto às estatísticas e menções a políticas públicas já existentes, proporcionam mais credibilidade e veracidade às informações compartilhadas. Entende-se que as informações adicionais poderiam contribuir de maneira efetiva para a reflexão do leitor e o debate público, com possibilidades de incidir na deliberação em torno de políticas públicas para atender demandas por direitos de mulheres e população LGBTQIA+.

No que diz respeito às fontes de informação (sujeitos e/ou instituições que falam e são acionados pelo jornalista para auxiliá-lo na interpretação e/ou constituição de uma dada realidade), buscou-se identificar a frequência de uso e o tipo de fonte mais utilizada pelos dois veículos jornalísticos digitais para retratar a agenda de debates ligada às mulheres e à população LGBTQIA+. Com relação a presença ou ausência de fonte de informação, constatou-se que em 18,8% havia a ausência de fontes e 81,2% havia referência a fonte.

Em relação às fontes mais utilizadas, houve destaque para 'Mulheres envolvidas diretamente no fato ou tema abordado', já que 158 matérias (36,5%) utilizaram este tipo de fonte. Entretanto, essas mulheres, frequentemente, falavam como vítimas, por sofrerem algum tipo de violência, ou por falta de acesso e/ou atendimento em algum serviço público. Em outros casos, elas falavam como beneficiárias de alguma política pública, por exemplo, citando as vantagens do aplicativo SOS Mulher (que é um mecanismo de denúncia contra violência doméstica) ou a importância do programa 'Mulheres Transformadoras' (que busca ouvir as necessidades das mulheres e incentivar o empreendedorismo entre elas).

Cabe destacar que a presença da fonte não se traduz, necessariamente, na amplitude de uma perspectiva, uma interpretação e/ou problematização que, hipoteticamente, poderiam ter vazão na abertura para os discursos das mulheres nas matérias. Em linhas gerais, estavam associadas a reclamações isoladas de

violação de algum direito, como vítimas, ao contrário da presença de discursos críticos sobre o problema e/ou a falta de soluções para demandas apresentadas na própria matéria jornalística.

O segundo tipo de fonte mais referenciada foram as 'Fontes oficiais governamentais, com 133 ocorrências (30,7%). Entre essas fontes estavam incluídos não só representantes diretos, como o governador e prefeitos, mas também, outros grupos ligados ao poder executivo, como policiais e delegados. Verificou-se um forte predomínio desse segundo grupo, principalmente devido ao alto número de matérias envolvendo casos de violência.

Nesse contexto, percebeu-se que muitas notícias, em especial sobre violência e feminicídio, só tinham como fonte o policial (agente ou delegado) envolvido no caso, excluindo vozes que, também, deveriam ser ouvidas, especialmente para a compreensão mais consistente sobre as questões de gênero, como as de ativistas e movimentos sociais ligados a essas pautas e os especialistas (como pesquisadores e especialistas na área).

Como exemplo, destaca-se uma reportagem do site SelesNafes, cujo título é: 'Com marca na mão, vítimas de violência doméstica poderão pedir ajuda em Farmácias'. Esta reportagem, publicada em 11 de junho de 2020, teve como assunto a campanha de denúncia contra a violência doméstica. Porém, ao invés de utilizar uma diversidade de fontes capazes de problematizar o tema apresentado (violência doméstica), apresenta como fonte uma única instituição.

No caso, a matéria presume que a iniciativa é eficiente como estratégia de enfrentamento à problemática da violência de gênero, sem contextualizar ou problematizar as implicações e efetividade de uma ação institucional dessa natureza. A reportagem acaba se convertendo em uma ação de comunicação institucional do órgão público que figura como fonte única, com papel de promoção da imagem institucional da organização que executa a campanha.

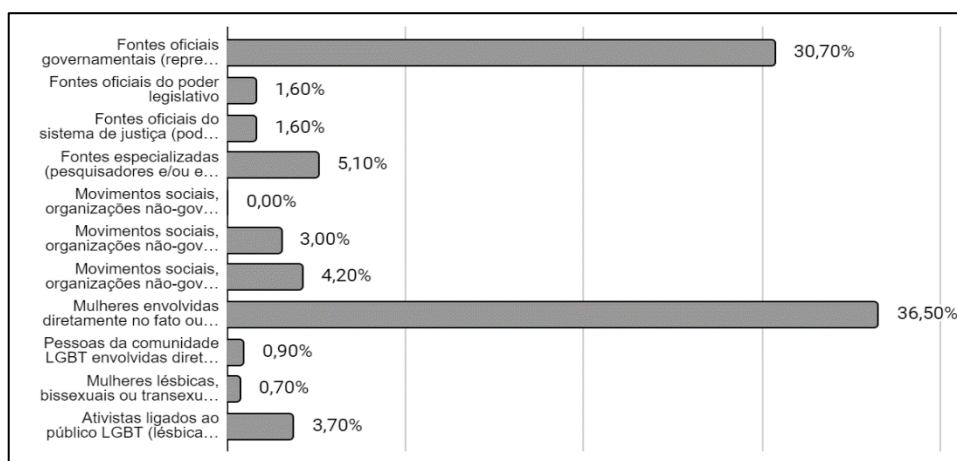
O terceiro tipo de fonte mais abordada foi a de 'Fontes oficiais do sistema de justiça, que correspondem a magistrados, defensoria pública e ministério público. Esse tipo apareceu em 118 matérias (27,3%), o que, também, demonstra a significativa presença da violência, temática predominante nos sites, especialmente em casos de feminicídio e violência doméstica. Todavia, em menor

frequência, estas vozes do sistema judiciário eram ouvidas em conteúdos sobre políticas públicas em favor das mulheres ou população LGBTQIA+.

Entre as fontes menos abordadas estão ‘Movimentos sociais, organizações não-governamentais e ativistas em geral’ (sem ocorrência); ‘Mulheres Lésbicas, Bissexuais ou Transexuais (LBT)’ (0,7%) e ‘Pessoas da comunidade LGBTQIA+ envolvidas diretamente no fato ou tema abordado (0,9%)’. Vale ressaltar que, embora as pessoas da comunidade LGBTQIA+ envolvidas diretamente no fato, tenham sido pouco referenciadas, representantes dos movimentos sociais e ativistas ligados aos direitos dessa comunidade foram ouvidos em quase todas as matérias que tratavam deste assunto (18 matérias, 4,2%). Apenas 3% das matérias que tinham o público feminino como alvo citavam representantes de movimentos sociais e/ou ativistas ligados diretamente aos direitos das mulheres.

Fontes especializadas, como pesquisadores e especialistas, também foram pouco exploradas, aparecendo em apenas 22 matérias (5,1%). Esse dado se torna um agravante, pois, como já mencionado sobre a falta de dados contextuais, a falta de fontes de informação mais especializadas prejudica a tentativa de o jornalismo constituir uma esfera pública de debate apta a contribuir na deliberação pública. O Gráfico 3 mostra o compilado destas informações.

Gráfico 3 - Percentual de conteúdos por tipologia de fontes de informação

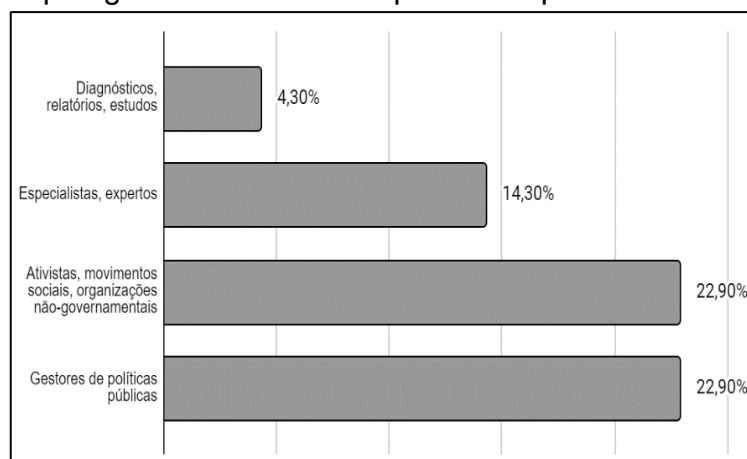


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Com relação às causas e consequências, o material pesquisado fazia referência predominantemente a discursos oriundos de ‘gestores de políticas públicas’ e ‘ativistas ou representantes de movimentos sociais (22,9% cada)’. Na

sequência apareciam os 'especialistas' (14,3%) e, por fim, 'estudos e diagnósticos' (4,3%) como fontes usadas para compreender as causas e as consequências dos fenômenos ou problemas abordados (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Tipologia de recursos interpretativos para contextualizar o tema



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No quesito 'outros', houve uma predominância de 'representantes do sistema de justiça' (20%), que eram fontes comuns em casos de violência, apresentando de forma superficial, o motivo de determinado crime ter ocorrido, e 'mulheres envolvidas diretamente no fato/problema apresentado' (8,5%), que tentavam compartilhar os pontos de vista das mulheres envolvidas no fato, em especial sobre as possíveis causas para as problemáticas que as envolviam.

Esses dados são preocupantes, visto que, em comparação ao conjunto total do material analisado (537), há apenas 67 matérias apresentando causas e consequências, o que equivale a aproximadamente (1,3%) do conjunto. Isso significa que o jornalismo amapaense *on-line* demonstra ter iniciativa reduzida em abordar estruturalmente, para além do factual, possíveis causas e consequências do fato noticiado, distanciando-se da problematização de questões que afetam e/ou são de interesses dos grupos marcados pelas relações de gênero e sexualidades que não estão alinhados à heteronorma.

No caso das matérias que identificam os responsáveis ou protagonistas dos fatos ou questões envolvendo o público feminino de um modo geral, e a comunidade LGBTQIA+ em específico, houve um predomínio de 'Mulheres como

vítimas da violação de direitos' (47,3%), seguido de 'Mulheres como protagonistas da promoção de direitos' (27%).

Salienta-se que, muitas mulheres referidas nas matérias analisadas são vítimas de feminicídio, agressão e violência sexual. Em menor frequência aparecem as que tiveram problemas de acesso ou atendimento em serviços públicos. Como protagonistas da promoção de direitos, destacam-se os projetos e campanhas feitos pelo público feminino, para o público feminino, como o projeto criado por uma deputada estadual para incentivar o empreendedorismo feminino e as marchas que são feitas contra a violência doméstica.

Quanto à população LGBTQIA+, houve predomínio de notícias e reportagens identificando a comunidade como 'protagonista da promoção de direitos' (3,3%) e, em segundo lugar, do grupo como 'vítimas da violação de direitos' (2,5%). Isso ocorreu pois, como já exposto, muitas matérias abrangendo esse público apareceram em períodos de celebração, como no mês do Orgulho LGBTQIA+, em que são realizadas várias atividades organizadas pelo próprio movimento para a valorização da diversidade.

Outros tópicos que apareceram com certa frequência foram de 'Indivíduos em geral como violadores de direitos (20,9%), nesse caso, enquadram-se indivíduos responsáveis por violentar, agredir e assassinar, tanto mulheres, quanto a população LGBTQIA+. Já o tema 'Instituições públicas como responsáveis pela promoção de direitos (16,4%) apareceu em matérias envolvendo, principalmente, serviços de saúde.

No mais, com relação às matérias que apresentavam possíveis alternativas/soluções para resolução do problema abordado, os conteúdos corriqueiramente associavam as alternativas e/ou soluções a 'representantes de instituições públicas do sistema de justiça' (62,1%), seguido de 'representantes de instituições públicas governamentais' (24,1%), evidenciando novamente o caráter policialesco encontrado em muitas matérias.

Entre os menos abordados, havia a presença de 'especialistas, *expert* e pesquisadores (9,2%) e 'Movimentos sociais, organizações da sociedade civil, ativista' (4,6%) contribuindo para discutir alternativas sob ótica distinta da percepção do poder público, o que, certamente, pela baixa frequência, demonstra como são restritas as referências para avaliar e problematizar saídas criativas para

problemáticas em debate. Nesse caso, é importante ressaltar que, no conjunto das matérias analisadas, somente 52 (aproximadamente 1%) faziam referência a dados e fontes que apresentassem possíveis alternativas para o tema abordado.

CONSIDERAÇÕES

As mídias jornalísticas são importantes agentes na construção da esfera pública, pela capacidade de produzir debates que contextualizam e problematizam temáticas relacionadas à sociedade. Segundo os parâmetros clássicos da prática jornalística, é dever deste profissional compartilhar informações e promover o debate de interesse público. Entretanto, no caso das mulheres e comunidade LGBTQIA+, a sub-representação é um aspecto visível na cobertura de muitos veículos. Essa falta de visibilidade interfere diretamente no reconhecimento das múltiplas demandas relacionadas a gênero e na busca por possíveis soluções.

No caso dos *sites* jornalísticos amapaenses analisados (G1 Amapá e SelesNafes) há predomínio de notícias que apresentam caráter puramente factual, de temas e questões de interesse público relacionados aos segmentos de mulheres e de grupos LGBTQIA+. Sobre as fontes, na maioria das matérias, não houve polifonia de discursos representativos ligados a esses segmentos, com forte predomínio de discursos oficiais e com reduzida pluralidade. Esse cenário demonstra a dificuldade das iniciativas jornalísticas em proporcionar o confronto de ideias no interior das próprias matérias jornalísticas, o que seria fundamental para problematizar e dar referências ao debate público sobre os temas pesquisados.

A própria configuração da cobertura revela a contradição de abordagem dos temas. Embora os conteúdos informativos priorizarem os problemas de violência que afetam esses grupos, o tratamento mais aprofundado, capaz de discutir alternativas e políticas públicas para enfrentar a violação de direitos denunciados, pouco existiu, sendo fator importante a ilustrar a dissonância na cobertura amapaense.

Portanto, considera-se que uma cobertura jornalística qualitativa é fundamental para o reconhecimento e visibilidade de certos grupos, já que tem o potencial de sugerir e aprimorar o debate e agendamento de muitas demandas no contexto das políticas públicas. No conteúdo pesquisado, essa abordagem qualitativa pouco ocorreu, revelando uma tendência e característica da cobertura

da imprensa local que compromete o fortalecimento de uma esfera pública robusta para deliberação em torno das demandas e direitos das mulheres e da população LGBTQIA+.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP/CNPq) pelo financiamento e apoio ao Projeto de Pesquisa Representações de Gênero, Direitos Humanos e Esfera Pública na Amazônia e ao apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação de Científica (CNPq/Universidade Federal do Amapá).

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2007.

BRITO, A. C. R. **Características e desenvolvimento do webjornalismo no Amapá** – um estudo de caso do Portal G1 AP. 2016. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero**: feminismos e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

DIAS, R; MATOS, F. **Políticas Públicas** - princípios, propósitos e processos. Atlas: São Paulo, 2012.

FOCAULT, M. **História da sexualidade**. Vol. 2: O uso dos prazeres. 12ª ed. Edições Graal: Rio de Janeiro. 1984.

HABERMAS, J. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova, v.36, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451995000200003> . Acesso em: 10 jun. 2023.

MAIA, R. Política Deliberativa e reconsideração acerca do conceito de esfera pública. In: MAIA R. (org). **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008. p. 55-91.

MIGUEL, L. F. Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** – BIB. São Paulo, n. 59, p. 5-42, 2005. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/280>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SCOTT, J. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SPENTHOF, E. L. **Jornalismo e Sociedade**: O lugar da mediação profissional e da informação tratada como res pública. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/18403>. Acesso em: 20 jun. 2023.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo** - porque as notícias são como são. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.